

## Autarquia de Vila Verde fez proposta para resolver diferendo PS acusa câmara de passividade com a concessionária dos parques

José Carlos Lima

Os vereadores do Partido Socialista acusam a câmara municipal de Vila Verde de ter «uma quase total passividade» face ao incumprimento das obrigações da empresa concessionária do estacionamento pago na vila. Apesar de a autarquia ter apresentado, na última reunião, um estudo em que pretende fazer «um encontro de contas» com a «Sociparques» (grupo Arlindo Correia & Filhos), os eleitos socialistas mantiveram a sua moção em que defendem «uma ação judicial contra a empresa, para que esta cumpra as suas obrigações», além de entenderem que o «encontro de contas» só deve ser aceite se esta puser fim ao processo em que exige uma avultada indemnização ao município.

O grupo socialista, liderado por Luís Filipe Silva, considera que «as polémicas que continuam a surgir confirmam o que



Concessionária do parque da Praça do Município continua sem pagar o acordado com a câmara

sempre disse de que «se trata de um negócio sem sentido, que apenas penaliza os vila-verdenses e os cofres do município». A concessionária estava obrigada a entregar, desde 2008, os montantes correspondentes a 15 por cento da receita mensal do estacionamento subterrâneo e 5 por cento da receita gerada pelo estaciona-

mento à superfície, mas até ao momento ainda não efetuou qualquer pagamento.

«Este início atribuído da concessão, em que o privado não só não paga as quantias que assumiu contratualmente como ainda reclama judicialmente uma indemnização elevada, deixa antever um futuro muito problemático, pois,

estamos perante uma concessão de 20 anos para a exploração à superfície e de 50 anos para a exploração dos parques subterrâneos», afirma o PS, em comunicado, notando que toda esta polémica surge «numa fase em que ainda só foi construído um dos parques de estacionamento subterrâneo assumidos contratual-

mente, o parque subterrâneo a localizar na Praça de Santo António (Praça entre a Biblioteca Municipal e o Tribunal).

### Ação judicial reprovada

A proposta socialista de agir judicialmente foi, contudo, reprovada pela câmara, com os votos contra do PSD e do CDS, por entenderem que o estudo de «encontro de contas» e a notificação da empresa iria responder a este diferendo. O PS entende que a reprovção da proposta «só demonstra as inibições de agir contra uma empresa que não mostra qualquer constrangimen-

to em tentar explorar a câmara Municipal, como ficou patente pela ação judicial contra a câmara em que pretende receber uma avultada indemnização», pelo que «essa posição já deveria ter sido tomada há muito».

De seguida, o estudo relativo à concessão de estacionamento à superfície, designadamente dos lugares a atribuir em compensação pelos suprimidos, bem como dos montantes devidos pela exploração foi aprovado por unanimidade, tendo a câmara decidido «notificar a empresa Sociparques para pagar os valores apresentados e, no caso de incumprimento, desencadear os mecanismos adequados».

A par da votação, o vereador do CDS/PP Daniel Cerqueira lamentou que «o estudo não tenha sido feito com maior celeridade, atendendo a que se trata de receita municipal», por sua vez os eleitos do PS votaram a favor deste «estudo tardio», mas frisaram que «este encontro de vontades deve ser conjugado com o processo que a empresa moveu», pelo que a Sociparques «deve ser contactada para, de uma vez por todas, pôr fim aos diferendos que com esta deliberação deixam de fazer qualquer sentido».

## Vila Verde renova contrato com «Águas do Noroeste»

A câmara de Vila Verde aprovou, com o voto contra do vereador do CDS/PP, a renovação do contrato de recolha

podia fazer face aos investimentos necessários para as metas de cobertura que se pretendiam atingir». «Apesar